PARA REFLETIR

A CONAE é o tema do texto para refletir. Produzido pela equipe do boletim, apresenta algumas questões sobre a Conferência. A ela voltaremos oportunamente, com a contribuição especial Kelly, nossa colega de equipe e representante em Brasília.

CONAE 2010 - Conferência Nacional de Educação: um exercício de participação democrática.

Precedida pelas Conferências Municipais e Estaduais de Educação realizadas ao longo de 2009, aconteceu, em Brasília, de 28 de março a primeiro de abril deste ano, a Conferência Nacional de Educação. O objetivo do encontro não foi nada simples: reunir representantes das secretarias, do Poder Legislativo, do Conselho Nacional de Educação, de estudantes, pais, profissionais de educação, gestores/as, agentes públicos e diferentes organizações sociais para discutir os caminhos da educação brasileira.

Com o tema central **"Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação",** a CONAE, sob a coordenação de uma comissão plural, instituída pelo Ministério da Educação (MEC), além de promover um amplo debate sobre a Educação, possibilitou - através de sua composição e organização - uma rica (e difícil!) experiência de participação democrática. É preciso muita negociação, atenção, e mesmo paciência para reconhecer a importância de um espaço onde diferentes setores e segmentos discutem temas tão complexos quanto o papel do Estado no desenvolvimento da educação; a relação entre processos avaliativos e justiça social; a formação dos profissionais da educação; as diferentes definições do conceito de qualidade; ou as mudanças estruturais e de financiamento necessárias para que a escola brasileira contribua para o fortalecimento da perspectiva da inclusão, da igualdade e da diversidade.

Entretanto, reconhecer a sua importância - como um esforço de participação democrática de seus participantes - não nega as grandes limitações impostas por esse mesmo formato: a falta de preparação das organizações sociais para um maior aprofundamento nos temas discutidos; a maior divulgação do evento dentro das instituições educativas; a escassez de recursos para promover seminários e encontros de formação continuada, voltados para os profissionais de educação, foram alguns de seus limitantes. Questões necessárias e fundamentais para que o processo seja realmente, democrático. E, antes de tudo, é preciso compreender melhor o que seria a construção desse Sistema Nacional Articulado de Educação.

Segundo Abicalil (2009a), a defesa de um Sistema Nacional Articulado de Educação inscreve-se na contramão da fragmentação imposta pelas políticas neoliberais implementadas na década de 90, que fragilizaram a noção de organização cooperativa e democrática da educação nacional, presente na Constituição de 88 e optaram por centralizar a organização institucional e descentralizar a execução das políticas. Nesse sentido, quanto à organicidade do Sistema Nacional,

> " o desafio consiste em superar a excessiva descentralização conferida pela LDB aos 26 sistemas estaduais, ao sistema do DF e aos 5.564 'sistemas municipais' que, inclusive, passaram a contar com maior respaldo no judiciário para questionar a materialidade *das normas gerais de educação,* a serem fixadas pelo poder federal (Executivo e Congresso Nacional), à luz dos comandos constitucionais. A lei do piso nacional do magistério é um caso clássico, dessa estratégia das forças conservadoras de deslocar o debate político sobre projeto de sociedade para o foro judicial" (Ibid, 2009a).

Corroborando, portanto, com a tese de que a "pulverização de iniciativas e competências concorrentes entre estado e municípios coloca em risco a unidade da educação e que a construção hegemônica da iniciativa pública não pode ser desperdiçada" (Ibid, 2009a), os princípios norteadores da CONAE 2010 contribuíram para a consolidar as lutas para transformar o PNE num plano educacional de Estado brasileiro, estruturar a gestão democrática em todo o sistema e conceber a educação escolar de forma sistêmica, sem hierarquias ou fragmentações entre os níveis, etapas e modalidades de ensino.

O atual Plano Nacional de Educação se esgota em 09 de janeiro de 2011, por isso a CONAE foi um momento importante de se refletir sobre a construção desse sistema. Urge, portanto, elaborar uma proposta para ser encaminhada ao Congresso Nacional.

À guisa de concluir, provisoriamente, essas reflexões, apropriamo-nos de duas citações utilizadas por esse mesmo autor (Ibid, 2009b) que falam de perto com o lema desse ano "Educar em direitos humanos: construir democracia" e, em especial, com toda a nossa caminhada como educadores/as:

"Há quinze anos, Jamil Cury já advertia,

"(...) quer se realize no poder público municipal, estadual ou federal, o encontro da universalidade do direito com a totalidade do sistema só se dará quando os sujeitos sociais, interessados em educação como instrumento de cidadania, se empenharem na travessia deste direito dos princípios à prática social.

Deste modo, o impacto do sistema nacional de educação pode ser lido a partir de dois pólos mutuamente inclusivos, o da legislação que adota princípios e o dos grupos sociais interessados em não ficar à margem das conquistas democráticas, entre as quais a educação pública como direito de cidadania."

Pois,

"se estamos construindo, seguramente, conjugamos uma série de atitudes que conformam a existência de um projeto capaz de co-mover pessoas, re-mover entraves, de-mover resistências, pro-mover ações e estabelecer sin-ergias, sin-tonias, sin-fonias, sin-cronias, sim-patias, afirmando a diversidade como valor, o direito à igualdade como princípio, a unidade como fio condutor.

Mãos à obra!"

Referências Bibliográficas:

Abicalil, Carlos Augusto. **Sistema Nacional Articulado de Educação: *Aspectos da conformação do novo regime de cooperação educacional.*** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 277-293, jan./jun. 2009a. Disponível em: www.esforce.org.br

_____- 2009b. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação**. Disponível em http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/const_%20sae.pdf.

NOVAMERICA
Programa Direitos Humanos Educação e Cidadania
ISSN 1519-9827 NOVAMERICA
Rua Dezenove de Fevereiro, 160
Botafogo - CEP : 22280 - 030
Rio de Janeiro - R.J. - BRASIL
Tel/fax: 2542 6244 - 2295 8033
E-mail: escola@novamerica.org.br
http://www.novamerica.org.br

Editora ..... Susana Sacavino
Texto Final ..... Iliana Aida Paulo
Supervisão Editorial ..... Adelia Maria Koff
Composição Gráfica ..... Compañia Visual Manteca
Equipe Responsável ..... Vera Maria Candau
Sílvia Maria F. Pedreira
Kelly Russo
Marilena Varejão Guersola

Castilla-La Mancha
intercambio y solidaridad
APOIO

Ano X | Nº 105 | Abril 2010

DATAS SIGNIFICATIVAS

ABRIL

04
Dia Contra a Prostituição Infantil

07
Dia Mundial da Saúde

12
Dia dos Jovens

22
Dia do Planeta Terra (Dia da Terra)

28
Dia da Educação
Dia simbólico para reafirmar que educar em direitos humanos é indispensável à formação de cidadãos/cidadãs que se reconhecem sujeitos de direitos.

DDHH Direitos Humanos na sala de aula

APRESENTAÇÃO

Akatu.

Semente boa. Mundo melhor.

Para a mesma palavra tupi, dois significados que se fundem tornando-se um: só é possível fecundar um mundo melhor com semente boa.

Palavra forte, que inspira. Nós, educadores e educadoras em Direitos Humanos, porque acreditamos em um mundo melhor, somos plantadores/as de sementes. Não importa se outono ou inverno, verão ou primavera. Qualquer estação é sempre a mais apropriada. Qualquer solo pode ser fértil.

Nossa Sala de aula em movimento compreende crianças e jovens ao mesmo tempo sementes e plantadores/as que, brincando, germinam...

O texto para refletir, nos fala da CONAE, cujas dificuldades do plantio não impediram a germinação. Planta em muda para cuidar, fazer crescer.

Palavra forte, que convoca. Não dá para perder o cio da terra, de cada dia - **dia-a-dia**, "nascendo sempre com as manhãs" (Gonzaguinha) - para que tod@s possamos nos "fartar de pão" e "lambuzar de mel". Colheita!

AKATU!

Palavra bonita - para vibrar, para plasmar. Palavra em movimento. PalavrAção.

Ela é seu codinome, professor/a semente e lavrador/a dos direitos humanos, que dá vida ao MEDH. Medh que, pelo menos hoje, preferimos chamar de Movimento de Akatus.

A equipe

PARTICIPE

Em maio terá início o habitual ciclo de ***Atividades Abertas***. Você já sabe que pode convidar amigos/as, colegas de trabalho, turma/s... quem desejar. Fique atento/a à divulgação de datas e temas para programar sua participação. Consulte o MEDH em Rede.

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão
Chico Buarque e Milton Nascimento

NOVAMERICA



A sala de aula em movimento

Cara professora, caro professor, nesta edição privilegiamos jogos e brinquedos como estratégias de trabalho com o tema dos direitos humanos e da educação em direitos humanos, em continuidade ao desenvolvimento de nosso lema. Apostamos (sem trocadilho) no caráter lúdico do jogo para aprender e ensinar. Aprender e ensinar, inclusive, a fazer da competição apenas uma diversão estimulante e não uma disputa que gera vencedores e vencidos em oposição. É uma proposta para brincar a sério. Brinque e se divirta com os/as alunos/as. Depois nos conte sobre essa experiência. Valeu a pena?

A 1 Educação Infantil (pré-escola) e Ensino Fundamental Anos iniciais (1º, 2º e 3º)

Supondo que as atividades sugeridas em março foram realizadas - neste caso sua turma produziu manta, tabuleiro, caixa de encaixe ou algo que você idealizou para o mesmo fim - converse com as crianças sobre a possibilidade de **ensinarem** a outras o que estão aprendendo sobre seus direitos. De que maneira pode ser?

- Contando para irmãos/ãs, vizinhos/as, colegas da igreja, do futebol, da natação... o que realizaram na escola, relatando depois para a turma o que eles/elas acharam?
- Convidando-os/as para uma visita à sua escola para mostrar o que fizeram e explicar como fizeram? (neste caso, reserve dia/s para receber convidados/as das crianças e organize com elas a *"apresentação"* - na sala, no pátio, em outro espaço disponível)
- Fazendo uma apresentação na pracinha próxima?

Levante as ideias, discuta-as, ajude a planejar o que sugerirem fazer fora da escola, por conta própria. O importante é que percebam que **podem ensinar o que estão aprendendo**, para outras crianças e adultos também.

- Sugerimos a montagem de um jogo de dominó adaptado - cada aluno/a produz o seu ou grupos produzem alguns para a turma que as crianças levarão para casa por empréstimo (oportunidade para desenvolver o cuidado com o que é de tod@s):
  - Utilize retângulos de cartolina ou papelão, com um traço no meio: de um lado, o desenho (ou recorte) de um direito, do outro o desenho (ou recorte) de outro direito ou a palavra expressão que o represente. Para garantir maior semelhança ao jogo original, algumas peças podem ter os dois lados iguais ("gabão").
  - O mesmo direito pode aparecer mais de uma vez, com variações: **brincar** (brincar de boneca, de corda, de bola...), **estudar** (ter livros, ir à escola, fazer dever...), **ter saúde** (tomar vacina, ir ao médico, cuidar dos dentes...)
  - Os jogos não precisam ser iguais. Variados, poderão ser trocados entre as crianças.

Ensine o jogo - mesma quantidade inicial de peças para cada jogador/a (variável, de acordo com o número de jogadores/as e de peças produzidas - quanto mais, melhor) e o resto "para comprar". Garanta que as peças tenham correspondentes para que o jogo possa ser encerrado. Oportunize que as crianças brinquem entre si, como treino. Estimule-as a falarem sobre os direitos enquanto jogam (é para *ensinar*, não é?).

A 2 Ensino Fundamental Anos iniciais (4º e 5º) e anos finais (6º e 7º)

- O dominó pode ser feito por estas turmas, mas agora como réplica do original, exceto quanto ao número de peças, que deve acompanhar a quantidade de direitos selecionados. Um dominó original servirá de guia para produção das peças do *"dominó de direitos"*.
- Um *"baralho de direitos"* é também alternativa interessante. Por ser mais trabalhoso (52 cartas + coringa/s), sugerimos dividir a/s turma/s em grupos, cada um responsável pela produção de uma ou duas cartas-direito correspondente/s às originais (rei, dama, dez, três...) em seus quatro naipes. Portanto, cada direito figurará em quatro cartas - de forma variada (desenho, colagem, escrita) ou da mesma forma - com o naipe (paus, espada, copas ou ouros) colocado em canto superior. Com decisões tomadas em classe sobre a confecção (dimensões da carta, cor da cartolina, forma/s de apresentação dos direitos, etc.) e os direitos escolhidos, o trabalho poderá ser feito em casa.
- A vantagem do baralho é que há muitos jogos de cartas (**paciência**, **quarteto**, **mau-mau**, etc.), com diversos níveis de dificuldade. Para um bem simples - **formação de pares** (no caso pares de direitos), conhecido popularmente como **fedor** - recomendamos que o coringa ("fedor", carta sem par) contenha pergunta ou afirmação (p.ex. Criança tem direitos? Que direitos têm as criança? Só adultos devem ter direitos.). O/a jogador/a que terminar com ela, após a formação de todos os pares, conforme o procedimento do jogo, deverá responder à pergunta ou discutir a afirmação nela presente. Diferentes coringas devem ser produzidos, possibilitando a troca a cada rodada.

Lembrete:
A produção do material (dominó e baralho) além de favorecer novas discussões sobre os direitos e sua fixação, de forma criativa e lúdica, propicia interessante recurso para socialização desses direitos, também de forma lúdica, atrativa. Quem não gosta de jogar para "passar o tempo"? Tanto melhor se for jogar para "ganhar tempo". O mesmo acontece com a reinvenção de brincadeiras. *Brincando* também se aprende e muito!

A 3 Ensino Fundamental anos finais (8º e 9º) Ensino Médio, EJA e Formação de Professores/as

- Recorra a propostas anteriores para estas séries. Mas aproveite para levantar com as turmas outros jogos/brinquedos a serem utilizados para a mesma finalidade. Certamente aparecerão várias sugestões (oportunidade para recriação de brincadeiras infantis e juvenis). Turmas de Formação de Professores/as poderão fazer adaptações do tipo:
  - **ciranda** - quem que vai ao centro diz um direito e os próximos não poderão repeti-lo;
  - **estátua -** ao comando do/a líder as "estátuas" representarão direitos;
  - **telefone sem fio** - em três ou mais fileiras de igual tamanho, o/a primeiro/a de cada uma recebe a mesma frase relativa a um direito (toda criança deve comer bem para crescer com saúde, a criança será socorrida sempre em primeiro lugar...) para transmitir. A fila que concluir corretamente a *transmissão* cria nova frase para as restantes.

Vale frisar que os jogos e as brincadeiras são criados para utilização com crianças, jovens e mesmo adultos do círculo de vizinhança e amizade. Então, devem ser previstos momentos posteriores para que os/as alunos/as comentem, em classe, o que fizeram.

- É hora de propor investigações sobre as indagações sugeridas em março. Se sua/s turma/s já dispõe/m da síntese das discussões travadas, base para avançar no estudo dos temas, comece pelo conceito de democracia. Organize os/as alunos/as da forma que lhe parecer mais apropriada e solicite pesquisa sobre o assunto. Indique textos e autores a consultar (troque informações com colegas de outras disciplinas e reveja indicações em boletins anteriores, inclusive textos "Para refletir". Lembre-se que eles podem ser obtidos em www.novamerica.org.br). Recomende sites de busca.

Adiante faremos sugestões para sistematização e apresentação do material obtido e desdobramentos do tema.

NOTÍCIAS

Em julho deste ano, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completará 20 anos. Ciente da importância deste documento, o DDHH na sala de aula incluirá, em futuras edições, atividades sobre ele. Quer fazer alguma sugestão? Use o MEDH em Rede, o e-mail escola@novamerica.org.br ou leve-a a primeira oficina do ciclo/2010.

TEMOS DIREITO!

Constituição Brasileira

Art.3 Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

I- construir uma sociedade livre, justa e solidária;

III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

ENRIQUECENDO A AÇÃO

Para professores/as e alunos/as

Site: www.plenarinho.org.br - voltamos a sugerir este site. Suas seções (dicionário, notícias, sala de leitura, diversão, entre outras) propiciam várias atividades - individuais e coletivas - para diferentes níveis de escolaridades, bastante apropriadas ao nosso lema. Há, inclusive, a possibilidade de fazer comentários através do *fale conosco.* Confira.

Título: Da Coleção Primeiros Passos (Ed. Brasiliense): *O que é democracia*, de Denis L. Rosenfield. Um bom início de conversa sobre o tema.